

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Instituto de História
Curso de graduação em História

Disciplina: **História e políticas de reparação GHT00791:** “do dever às guerras de memória – as políticas de reparação sobre a ditadura militar na Nova República”.

Profa. dra. Angélica Müller – angelicamuller@id.uff.br Twitter: @76AMuller

Horário das atividades síncronas: quartas-feiras, às 18h, através do link google meet disponível no classroom.

Ementa: a ditadura militar e a redemocratização brasileira; políticas de reparação e o dever de memória e acesso à verdade; os marcos da justiça de transição; os arquivos da ditadura; Comissão dos mortos e desaparecidos políticos; Comissão da Anistia; Comissão Nacional da Verdade; O trabalho dos historiadores na CNV; Guerras de memória no pós CNV.

Objetivos:

- Identificar e analisar a trajetória da justiça de transição e suas políticas de reparação com relação à ditadura militar;
- Conhecer e pesquisar os arquivos da ditadura existentes no Arquivo Nacional;
- Compreender e analisar o trabalho da Comissão Nacional da Verdade e seus desdobramentos;
- Refletir sobre as guerras de memória no tempo presente.

Sistemática:

Atividades assíncronas - de 3h à 4h30 por semana: textos online para serem previamente lidos pelo aluno, obedecendo o programa de disciplina e materiais audiovisuais sobre sobre os assuntos trabalhados em aula e encontrados no youtube; preparação das apresentações de conteúdo.

Atividades síncronas – de 60 a 90 minutos por semana: encontros entre professor e alunos na plataforma Google Meet. Durante os encontros estão previstos tanto momentos de exposição de conteúdos quanto de apresentação e debates sobre os materiais audiovisuais e as leituras.

Suporte, via mural, de dúvidas/questões e envio dos trabalhos pelo classroom.

Avaliação:

Avaliação 1: Avaliação processual do desempenho a partir da formulação de questões/dúvidas sobre os materiais textuais e audiovisuais previstos nas unidades, participação nas aulas síncronas e autoavaliação final (4 pontos: 1 p= participação nas aulas síncronas; 2 p= publicações no mural; 1p= autoavaliação).

Avaliação 2: Trabalho documental: a partir de pesquisa realizada em documentos localizados no SIAN do Arquivo Nacional. (3 pontos)

Avaliação 3: Trabalho em duplas: os alunos farão uma apresentação, por escrito e oral em aula síncrona para a turma, a partir da distribuição de temas em sala de aula. O trabalho deverá ser postado na atividade correspondente para o professor na data estabelecida no cronograma bem como na apresentá-lo na aula síncrona (3 pontos).

Verificação Suplementar: Prova de conteúdo escrita (assíncrona – a ser enviada pelo professor 48h antes da data estabelecida para entrega e postada na atividade do classroom)

Bibliografia básica:

ABRÃO, Paulo & TORELLY Marcelo D., «O programa de reparações como eixo estruturante da justiça de transição no Brasil», dans Félix Reátegui (dir.), Justiça de Transição – manual para a América Latina, Brasília, Comissão de Anistia et New York (N.Y.), International Center for Transitional Justice, 2011, p. 473-516.

Arquidiocese de São Paulo. Brasil Nunca Mais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, 39º edição.

BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964. Recife: Editora de Pernambuco, 1995.

GOIRAND, Camille; MULLER, Angélica (dir). Documenter les violences: usages publics du passé dans la justice transitionnelle. Paris : Iheal, 2020.

ISHAQ, Vivien et al., A escrita da repressão e da subversão – 1964-1985, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2012.

MARTINS, André Sabóia & ISHAQ, Vivien, « O legado da Comissão Nacional da Verdade: dois anos depois da publicação do Relatório, o reconhecimento judicial do direito à verdade desafia a falta de justiça efetiva », dans Amy J. Westrop (dir.), As Recomendações da Comissão Nacional da Verdade: Balanços sobre a sua Implementação Dois Anos Depois, Rio de Janeiro, Iser, 2016, p. 42-65.

MÜLLER, Angélica. (2021). O “tesouro perdido” da justiça de transição brasileira: a CNV, as comissões universitárias e o trabalho dos historiadores. Revista Tempo e Argumento, 13(32), e0501.

OSMO, Carla. Judicialização da Justiça de transição na América Latina. Brasília, Ministério da Justiça, Comissão da Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), 2016.

PEREIRA, Mateus H. F.. Nova direita? Negação e inscrição em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez 2015.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da, Justiça de Transição —da ditadura civil-militar ao debate justransicional— direito à memória e à verdade e os caminhos da reparação e da anistia no Brasil, Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2015.